

Coordenação

ALEXIS AUGUSTO COUTO DE BRITO

Doutorando em Direito Penal pela USP. Mestre em Direito Penal pela PUC/SP. Pós-graduado pela Universidade CastillaLa Mancha de Toledo (Espanha). Pesquisador convidado na Universidade Ludwig Maximilians de Munique (Alemanha). Professor de Graduação e Pós-Graduação.

MARIA PATRÍCIA VANZOLINI

Mestre em Direito Penal pela PUC/São Paulo. Membro-fundador do IPAN - Instituto Panamericano de Política Criminal. Professora de Direito Penal.

## **DIREITO PENAL**

ASPECTOS JURÍDICOS CONTROVERTIDOS

Quartier Latin

São Paulo, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

BRITO, Alexis Augusto Couto de e VANZOLINI, Maria Patrícia  
(coordenação) - São Paulo: Quartier Latin, 2006.

1. Direito Penal  
ISBN: 85-7674-171-7

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
--------------	----

<b>PARTE I - POLÍTICA CRIMINAL</b>	<b>19</b>
------------------------------------	-----------

### **Inoperatividade do Direito penal e Flexibilização das Garantias, 20**

*Alice Bianchini e Léo Rosa de Andrade (Santa Catarina)*

I. Introdução	20
II. Finalidades legítimas do Direito Penal	22
III. Instrumentalização política do Direito Penal e (dis)funções promocionais e simbólicas	28
IV. Inoperatividade e desformalização do Direito Penal	33
V. Considerações finais	36
VI. Referências bibliográficas	37

### **Do "DIREITO PENAL LIBERAL" AO "DIREITO PENAL DO INIMIGO", 40**

*Eduardo Demetrio Crespo (Espanha)*

I. Evolução ou involução?	40
II. A utopia abolicionista	46
III. O Reducionismo	50
IV. O neoproporcionalismo	56
V. O garantismo	59
VI. A expansão do Direito Penal	62

## **CRIME, PRISÃO E DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO, 72**

*Edmundo Oliveira (Pará)*

I. Panorama brasileiro	72
II. O Brasil na América Latina	73
III. Fontes sociais da geração do crime primário e da reincidência: a pobreza, o crime organizado, o estigma	76
1. Primeira fonte social da geração do crime: - a pobreza	76
2. Segunda fonte social da geração do crime: - o crime organizado	78
3. Terceira fonte social da geração do crime: - o estigma	79
4. Constatação da reincidência no Brasil	79
IV. Efeitos da globalização na execução penal	80
V. Providências urgentes:	80

## **LINHAS GERAIS DO DIREITO PENAL CONFIGURADO A PARTIR DA PESSOA REAL, 82**

*José Fernando Botero Bernal (Colômbia)*

I. Anotações Prévias: recapitulação e introdução, em busca da correta concepção do Direito Penal	82
II. As teorias compõem o saber normativo do Direito Penal	97
III. A teoria do saber penal	98
IV. A teoria do delito	111
1. Primeiro pressuposto normativo: a conduta	115
2. O segundo pressuposto normativo: a tipicidade	118
3. Terceiro pressuposto normativo: a antijuridicidade	119
4. Quarto pressuposto normativo: a culpabilidade	121
V. A teoria da coerção penal ou da responsabilidade Punitiva do Estado	125
VI. Epílogo	127
VII. Bibliografia	128

## **PARA ALÉM DA FILOSOFIA DO CASTIGO, 134**

*Paulo Queiroz (Brasília)*

I. Introdução	134
II. Limites estruturais da intervenção penal	137
III. Quatro casos paradigmáticos	138
IV. Para além da "filosofia do castigo": em busca de uma Nova resposta penal	141
V. O que se poderia, então, sugerir em tal caso?	143
VI. Conclusão	147

## **II - TEORIA DO DELITO** **149**

### **BREVES.REFLEXÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO DE BENS JURÍDICOS E DA SUBSIDIARIEDADE NO DIREITO**

*Penal, 150 Luís Greco (Alemanha)*

I. Considerações introdutórias	150
II. Princípio da proteção de bens jurídicos	151
1. Conteúdo, terminologia e rápido histórico do princípio da proteção de bens jurídicos	151
2. Conceito dogmático e conceito político-criminal de bem jurídico	153
3. Precisamos realmente de um conceito político-criminal de bem jurídico?	154
4. A definição do conceito político-criminal de bem jurídico	156
5. Bem jurídico: condição necessária para a legitimidade de uma proibição?	160
6. Consequências do conceito de bem jurídico	162
7. Dever legislativo de incriminação?	165
8. Bem jurídico e estrutura do delito	166
III. Princípio da subsidiariedade	169
1. Conceito e fundamento	169
2. A moderna discussão	171
3. Subsidiariedade e "direito penal mínimo"	173
4. Subsidiariedade e vitimodogmática	177
5. Subsidiariedade e antijuridicidade penal	179
IV. Conclusão	181

### **O DELITO DE OMISSÃO NO CÓDIGO PENAL ESPANHOL, 182**

*José Ramón Serrano- Piedecabras Fernández (Espanha)*

**Localização: 343**

**D598p**

**Código de barras: STJ00066646**

I. Conceito de omissão e suas classes	182
1. Conceito natural da omissão	183
2. Conceito normativo	184
II. Delitos de omissão próprios	185
1. Tipicidade objetiva	186
2. Tipicidade subjetiva	186
III. Os delitos de omissão impróprios ou de comissão por omissão	187
1. Regulação legal dos delitos de comissão por omissão	188
2. Primeira condição: equivalência efetuada "segundo o sentido do texto da Lei"	190
3. Segunda condição: existência de "um especial dever jurídico do autor"	190
IV. Fontes e funções da posição de garante	193
1. Fontes legais da posição de garante	193
2. As funções que emanam da posição de garante	194
V. Bibliografia	198

## A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: AINDA FAZ SENTIDO A TEORIA DAS CONCAUSAS?, 200

*João Paulo Orsini Martinelli (São Paulo)*

I. Introdução	200
II. Teoria da causalidade	201
1. Teoria da equivalência das condições ou da conditio sine qua non	202
2. Teoria da adequação	205
3. Teoria da condição conforme uma lei natural	207
III. Imputação objetiva	208
1. Breve histórico do desenvolvimento da imputação objetiva no direito penal	209
2. A teoria da imputação objetiva de Claus Roxin	211
3. A teoria da imputação objetiva de Günther Jakobs	216
4. A teoria da imputação objetiva de Wolfgang Frisch	219
5. A teoria da imputação objetiva de Ingeborg Puppe	220
IV. O art. 13 do Código Penal brasileiro	222
V. Conclusões	227
VI. Bibliografia	227

**Localização: 343**

**D598p**

**Código de barras: STJ00066646**

**CULPABILIDADE. EVOLUÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA  
ATUAL, 229**

*Alexis Augusto Couto de Brito (São Paulo)*

I. Introdução	230
II. Evolução do conceito de culpabilidade	231
III. Configuração atual da discussão	237
IV. Análise crítico-filosófica do livre-arbítrio	243
V. Análise crítico-dogmática da normatividade	248
1. Imputabilidade	249
2. Potencial consciência da ilicitude	252
3. Exigibilidade de conduta conforme ao Direito	254
VI. O conceito e a consideração da culpabilidade no Brasil	257
VII. Conclusão	259
VIII. Bibliografia	260

**III-DELITOS EM ESPÉCIE 263**

**EUTANÁSIA: DONO DA VIDA, O SER HUMANO É TAMBÉM DONO  
DA SUA PRÓPRIA MORTE?, 264**

*Luiz Flávio Gomes (São Paulo)*

I. Status quaestione da matéria no Brasil	266
---	-----

**ESTATUTO JURÍDICO DA VIDA INTRA-UTERINA, 271**

*Maria, Patrícia Vanzolini (São Paulo)*

I. Introdução	271
II. A abordagem jurídico-positiva	272
III. A abordagem biológica	274
1. Teoria da natalidade	274
2. Teoria da gestação	276

**Localização: 343**

**D598p**

**Código de barras: STJ00066646**

3. Teoria do pré-embrião (ou do 14º dia ou da nidação)	278
4. Teoria da concepção (ou da cariogamia)	283
III. A abordagem filosófica	286
1. Corrente funcional operativa	287
2. Corrente ontológica	295
3. Qualidade de vida vs. Dignidade / Santidade da vida	297
IV. Conclusão	299
V. Bibliografia	300

### **Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero (Lei Orgânica Espanhola 1/2004, de 28 de dezembro), 302**

*Maria del Pilar Mirai Hernández (Espanha)*

I. Introdução	302
II. Recomendações dos organismos internacionais para a prevenção da violência doméstica	310
III. Medidas contra a violência doméstica	312
IV. Ponto de vista criminológico	316
V. Modificações ao Código Penal Espanhol	318
1. Medidas de proteção às vítimas. Art. 48 Código Penal espanhol	318
2. Suspensão das penas. Art. 83. C.P.E.	320
3. Comissão de delitos durante o período de suspensão da penal. Art. 84 C.P.E	321
4. Substituição das penas. Art. 88 C.P.E.	321
5. Delito de lesões. Art. 148 C.P.E	321
6. Proteção contra os maus tratos. Art. 153 C.P.E	323
7. Ameaças. Art. 171 C.P.E	325
8. Coações. Art. 172 C.P.E	329
9. Violação de condenação. Art. 468 C.P.E	331
10. Proteção contra as humilhações leves. Art. 620 C.P.E.	332
VI. Conclusão	333

### **Dos CRIMES CONFORME A CONDUTA NA LEI 8.078/90 (CÓDIGO DO CONSUMIDOR), 337**

*Wagner Ginotti Pires (São Paulo)*

I. Introdução	337
II. Direito positivado: Ação	340

**Localização: 343**

**D598p**

**Código de barras: STJ00066646**



III. Facere et non facere	341
IV. Non Facere Quod Debet Facere	343
1. Diferença entre comissivos por omissão e comissivos puros	345
V. Relevância da omissão	345
1. Garantidor	348
2. Crítica	349
VI. Da Lei nº 8.078/90	350
1. Classificação geral das normas penais da Lei do Consumidor	354
2. Direito Penal Econômico e a Lei do Consumidor	356
3. Dos crimes comissivos	357
4. Dos crimes omissivos próprios	359
VII. Dos crimes impróprios da Lei nº 8.078/90. Uma leitura possível	359
VIII. Conclusão	363
IX. Bibliografia	363

## **IV-PROCESSO E EXECUÇÃO PENAL 367**

### **JURISDICIONALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL, 368**

*Gustavo Octaviano Diniz Junqueira (São Paulo)*

I. A prevenção geral positiva como finalidade da pena	368
II. A prevenção especial positiva como finalidade da pena	369
III. Dignidade da Pessoa Humana	371
IV. Da inafastabilidade da jurisdição – acesso à Justiça	376
V. Da aproximação do juiz às execuções penais	380
VI. Bibliografia	383

### **NULIDADES NA EXECUÇÃO PENAL, 385**

*Flávio Augusto Fontes de Lima (Pernambuco)*

I. Breve histórico da lei de execução penal e introdução	385
II. Natureza jurídica da execução penal	389
III. Autonomia da execução penal	391
IV. Alguns princípios da execução penal	392
1. Princípio da jurisdicionalidade	393

**Localização: 343**

**D598p**

**Código de barras: STJ00066646**

2. Princípio da legalidade	394
3. Princípio da individualização da pena	396
4. Princípio da humanização da pena	396
5. Princípio da igualdade	397
6. Princípio da pessoalidade	397
7. Princípio do duplo grau de jurisdição	398
8. Princípio do contraditório e ampla defesa	398
V. Processo de execução penal	403
VI. Sujeitos principais da execução penal	404
1.0 juiz	404
2. O Ministério Público	405
3. A defesa do condenado	407
Referências Bibliográficas	409

## O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A IMPOSSIBILIDADE DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL NA LEI 8.072/90, 411

*Paulo Inácio Dias Lessa (Mato Grosso)*

I. Introdução	411
II. O princípio constitucional da individualização da pena (CF, art. 5º, XVI)	414
III. A inadmissibilidade da progressão de regime na lei 8.072/90 (art. 2º, § 1º)	417
IV. O conflito entre o princípio constitucional da individualização da pena e a inadmissibilidade da progressão de regime prisional da Lei 8.072/90	424
V. A aplicabilidade dos regimes integralmente e inicialmente fechados (Lei nº 9.455/97, art. 1º, § 7º)	432
VI. A progressão em crimes hediondos — a abrangência do benefício e os seus reflexos em outras questões da política criminal brasileira	437

## A DETENÇÃO ILEGAL E AS REVISTAS DE ROTINA, 442

*Antônio Pierrôs Ramirez (México)*

I. Flagrância	445
Conclusões:	447